

Magnífico Reitor,  
Senhor Presidente do Conselho Geral e querido Amigo,  
Vítor Cabrita Neto

Senhores Professores, estudantes e funcionários,  
Autoridades, com referência especial à minha colega e  
amiga Maria Manuel Leitão Marques,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Quis a Universidade do Algarve chamar-me para junto dos seus, fazendo-me doutor honoris causa. Honra que aceito jubilosamente, depois de uma emoção incontida que me levou até às lágrimas quando o Senhor Reitor me comunicou essa intenção. Obrigado a todos os que nesta decisão participaram, fazendo-me emparceirar com gente de maior qualidade e da minha admiração, de que me permito citar: Maria Aliete Galhoz, Lídia Jorge e Mário Ruivo. Gratidão que não esconde a necessidade de me questionar sobre o que de mim possa ter chamado a atenção dos que decidiram acolher-me. O que devo fazer em “breve e elegante oração”, como rezavam os Estatutos Velhos da Universidade de Coimbra, minha alma mater.

Se me é permitido um exame de auto-análise, direi que suponho que duas realidades: a minha qualidade de académico de naturalidade algarvia (professor já jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e os trabalhos que à história do Algarve dediquei durante a minha já longa carreira – de 1970 data o primeiro escrito publicado, o último em 2018. Com duas teses sobre o Algarve (no século XVI na licenciatura e nos séculos XVII e XVIII no doutoramento); e ainda uma junção de obra miúda, que leva o número de ordem de *Miunças 2* e como título *O Algarve na Época Moderna*, em que beneficiei do apoio da Ualg em coedição com a Imprensa da Universidade de Coimbra. Desbravamento pioneiro, pois mal e pouco se sabia de quantos por aqui labutaram e lhe deram a feição moderna e que permite compreender e explicar o

percurso temporal de vidas e gentes neste rincão bem a Sul no Portugal.

Sem orgulho nem vaidade, posso dizer que sou um algarvio, porém não regionalista nem exclusivista. Procuo, e tenho procurado sempre, instalar-me numa neutralidade que me permita ser justo e avaliar com equilíbrio aquilo com que me deparo. Nem tudo no Algarve é bom, nem tudo o que nos rodeia, seja em Portugal ou no Mundo deve ser desprezado. Bairrismos, localismos, regionalismos ou nacionalismos repugnam-me em si mesmos e obrigam-me a terríveis comparações e confrontos. Sou algarvio por nascimento e por uma continuada vivência? Sim, claro está que sim. Mas não só. Criança ainda, o meu Pai levava-me por vezes ao Círculo Cultural do Algarve, essa instituição determinante na difusão cultural na região entre os anos 40 e os anos 70 do século XX. Aí estava pendurado um retrato do patriarca da indagação das nossas raízes nacionais José Leite de Vasconcelos, natural da Ucanha (Tarouca). Sob essa fotografia lia-se uma legenda que dizia qualquer coisa como: “quando me perguntam donde sou, respondo que de Portugal inteiro”. Ficou-me esse dizer para quando preciso de me situar.

Filho de Pai nascido e crescido na beira do Douro, de mãe louletana de origem andaluza, nascido em Loulé, criado em Faro, estudante em Coimbra, casado na Beira Alta, durante alguns anos vivendo em Espinho, com filhos tripeiros, finalmente instalado em Coimbra, com algumas passagens pelo Porto e por Lisboa... Embora. A marca da terra onde vivi até aos meus 17 anos naturalmente que é a que me deixou mais e mais profundas marcas. Aqui tenho as raízes criadas e alimentadas durante a meninice e a adolescência e mesmo a idade adulta – por alguma razão os meus filhos se sentem em casa em Faro.

Fiz a instrução primária nas anexas ao Magistério Primário, no pardieiro conhecido por Escola da Sé, passei mais sete anos de secundária no Liceu Nacional de Faro. Onde tive a sorte de ter bastantes professores excelentes, alguns razoáveis, poucos maus e até, como exceção, raros muito maus. Mas conto mais

dos bons do que dos maus – permita-se-me que apenas cite Emília Cabrita da Silva, Joaquim Magalhães, Francisco Prudêncio, Aleixo da Cunha, António Almodôvar, José Neves Júnior, Luís Crespo Fabião e alguns mais. Mestres que sabiam ensinar e que sabiam muito.

Nada desse saber ou saber ensinar se encontrava depois na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em que quase nenhum professor satisfazia aos jovens adultos sedentos de conhecimentos. Mas os lentes não estavam lá para isso; bastava cumprirem horários e fazerem exames. Salvem-se os nomes de Maria Helena da Rocha Pereira, de Sílvio Lima, de Miranda Barbosa e do brasileiro Guilhermino César. Para sorte minha, para acabar o curso havia então que apresentar uma dissertação. O que fiz em 1967 sob a orientação, politicamente arriscada, de Vitorino Magalhães Godinho.

E esse primeiro extenso escrito de História versou já sobre o Algarve, seguindo sugestões do mestre que me dizia ser a região, no século XVI, como que península da Andaluzia. Mas que Algarve? Será o Algarve definível, concentrado em meia dúzia de palavras e cristalizado em uns tantos conceitos e difundido em não menos preconceitos? A que metáforas há que recorrer?

O Algarve é uma história, uma literatura, uma paisagem, uma tonalidade luminosa, é um viver e saber viver, e é um conjunto de tudo aquilo que afinal nos rodeia e conforta. É tudo isso, o que se vê e não vê, o que é material e o que paira acima dessa realidade. É aquele cheiro a estevas que me acordava quando chegava à serra, estudante pouco endinheirado que vinha de férias no correio da noite. É um todo que não pode ser fragmentado, moído ou respigado. Que ainda hoje me desperta os sentidos ao atravessar por prodigiosos viadutos a barreira alentejana da serra brava, que aprendi a apreciar melhor com esse algarvio de exceção que foi Manuel Viegas Guerreiro.

Um meu inesquecível amigo, António Manuel Nunes Rosa Mendes, dizia-me que o Algarve tinha sido definido por um poeta de Armação de Pera, António Pereira, quando escreveu: “Sou algarvio e a minha rua tem o mar ao fundo”... Para ele o

Algarve seria essa rua de gente e movimento que no entanto não perdia de vista o fundo para que tendia inexoravelmente: o mar. O mar sempre presente e dominante na paisagem e na abertura para longínquos horizontes.

Porque se o mar aqui está, sempre presente como que ao fundo da nossa rua – ou da nossa existência – o dia sempre despertará, sacudirá, e nem nos deixará adormecer com uma intensidade luminosa brutal. Um “sol de fogo”, dirá Lídia Jorge, sol que “caldeava as imagens das coisas e dos seres entre as pestanas da gente.” Essa luz “que vibra como louca” e essas cores que levam o poeta Emiliano da Costa a não saber “que faça a tanta côr”. Como deixar de saborear escritos de esquisito tempero, e como alcançar a riqueza de prosas como a de Lídia Jorge? Onde senão no Algarve e por uma algarvia poderia ser criado e expresso o barrocal de *O Dia dos Prodígios*? Ambiente que ainda conheci a que não faltavam muitos e bons cheiros de que recordo com saudade o que se evolava das queimadas do restolho ou o fortíssimo doce e azedo dos almeixares à torreira do sol...

Em poucas regiões haverá alguma plêiade tão rica de literatos: veja-se e confronte-se: João de Deus, Teixeira Gomes, João Lúcio, Cândido Guerreiro, Emiliano da Costa, Bernardo Passos, António Aleixo, António Pereira, António Ramos Rosa, Maria Aliete Galhoz, Teresa Rita Lopes, Casimiro de Brito, Gastão Cruz, Lídia Jorge, Nuno Judice – isto para só citar alguns que alcançaram difusão nacional. Além desses os forasteiros que se apaixonaram ou souberam ver o que se lhes apresentava, como a portuense Sophia de Mello Breyner Anderson ou Miguel Torga, ou mesmo o duriense João de Araújo Correia que registou no seu Português de lei estas terras “iluminadas”, com a sua “gente do mar e do horto”, esse “chão moiro que se desata em frutos e rochas multicolores”. Resumindo, na voz desembaraçada e certa de Raul Proença, “uma paisagem dum ritmo, duma harmonia e duma doçura sem igual.”

Compreenda-se que cite um tripeiro naturalizado algarvio (Joaquim Magalhães), que procurou interpretar e entender a

terra e as gentes que escolheu para viver e morrer: podemos falar de um tipo psicológico algarvio com características próprias cuja explicação” estará “na insularidade que a serra geograficamente estabeleceu e, durante séculos, se manteve.” E de imediato se impõe destacar o mar, por onde as relações com o resto do mundo se fizeram durante séculos. Assim, poderá dizer-se o Algarve uma espécie de ilha, “e o algarvio de costas para a serra, sempre voltado para o mar oceano, vivendo a sua vida, entretido no gozo de um clima sem igual, ocupado no amanhã, nem por isso muito rude, de seus campos e jardins, arrancando do mar, além do sal, o suplemento piscatório do pão...” “Podemos, assim [...], e sem forçar muito esta singularidade, falar de um tipo psicológico algarvio com características próprias.” Mais: o “natural desta província de luz esplendorosa e de agradável temperatura, não é obrigado a sentir vivamente a necessidade de lutar contra as intempéries. Agrada-lhe mais ver fazer do que fazer. É um espectador nato.” E resumindo, o algarvio “é psicologicamente, um insular, de espírito independente, consciente da própria individualidade.”

Nascido eu entre livros e papéis aos quais muitos à literatura e à vida cultural no Algarve respeitam (livros e papéis que se encontram aqui na Universidade do Algarve por entrega que minha irmã Maria Cristina Magalhães Paleta e eu fizemos), não quiseram as musas tocar-me com o dom das artes, obrigando-me ao trabalho insano de polir uma prosa que sempre escapa aos meus propósitos de clareza e de elegância. Talvez a pesquisa histórica tenha sido o desvio achado por essa frustrada busca de uma expressão própria e atrativa que me encaminhasse para as artes. Em que os versos falhavam sempre na procura de uma originalidade que lhes fugia, numa prosa que por mais que quisesse não se sujeitava aos meus desejos de indispensável ductilidade. A escrita de história, embora sempre cuidadosa, talvez seja o sucedâneo ao artista falhado...

Ao longo dos anos, desde 1964, estudei esta terra desde a conquista pelos espatários e por Afonso III em meados do século XIII até alguns aspetos económicos de finais do século XVIII / princípios do século XIX. De permeio bastantes escritos

foram sendo publicados – e sem contar com as dissertações com que procurei explicar a economia da região nos séculos XVI a XVIII.

Diz-se que santos de casa não fazem milagres. Não sendo eu taumaturgo encartado, tive a sorte de ter aberto as portas de todos os arquivos e coleções documentais que importavam ao meu esforço investigativo. Permita-se-me apenas que refira quão grato fiquei ao prelado D. Ernesto Gonçalves da Costa e ao prior da Sé Dr. Henrique Ferreira da Silva. “As duas descrições do Algarve do século XVI” foram preparadas com o apoio e a colaboração de Manuel Viegas Guerreiro, esse algarvio de estimação meu quase padrinho. E sempre gratos estaremos ao Dr. Raul Rêgo, possuidor de um desses documentos por nos permitir a sua publicação. Por generosidade de Alberto Iria pude ter acesso a uma exposição sobre a economia da região da segunda metade do século XVIII. E muitas mais referências poderia fazer.

Sempre tomando a região como um todo que não se apresenta homogéneo. Nas três faixas que se recobrem longitudinalmente, serra, barrocal e litoral, inscrevem-se os polos urbanos que organizam e irradiam para ocidente, centro e oriente da região. Lagos / Vila Nova de Portimão, Faro / Loulé e Tavira ordenam e centralizam comércios e exportações que dominam a vida económica. Em que na produção avultam os frutos do arvoredado algarvio, alfarroba, amêndoa e, sobretudo, o figo. Com uma costa debruçada sobre um mar que envolve Marrocos e a Andaluzia, formando um como que golfo que antepara a circulação marítima entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Em que a actividade primeira é a da agricultura, a que se seguirá a pesca – em alguns períodos capturando o atum. Este um Algarve variegado que tenho desbravado com gosto.

Com as teses que defendi em Coimbra obtive acesso ao ensino superior, o que me permitiu continuar a investigar. Beneficiei das vantagens que o período de assistente proporcionava, num bom tempo em que se permitia uma preparação cuidada da carreira. Em que não só o Algarve me ocupou. Porque leccionei história económica e história das

relações internacionais por dever de ofício, e muito me satisfaz ter aberto a primeira disciplina de história da Europa nas universidades portuguesas. Como investigador, a história da expansão e a história do Brasil, como a história ibérica dos municípios me obrigaram também a pacientes trabalhos no âmbito da História Moderna. Com algum proveito e não menor prazer. Alguns das quais pude ensinar em São Paulo, em Paris e em Yale. Excepção foram os estudos de história da I República Portuguesa que deram já um livro e em vésperas de mais outro.

Obrigado, pois, por este ato de generosidade da Ualg, a fazer como que um exame da minha consciência historiográfica, pude conseguir manter-me fiel ao princípio que fui buscar aos gregos do Apolo Delfico, sempre exemplares na expressão: “nada em excesso”. E por isso, como tantas vezes aconselho aos que me pedem apoio, nem fixação num só assunto, nem dispersão desorganizadora de um pensamento coerente. Foi conselho que dei a José Carlos Vilhena Mesquita, e António Rosa Mendes, entre os que me foram mais próximos e em cuja graduação como doutores de bom grado aqui participei. Dos novos saliento os trabalhos de boa erudição de Jorge Filipe da Palma e de Andréia Fidalgo. Porque uma universidade vale o que fizerem os que nela germinam e crescem.

Pelo que não deixo de fora a exigência que se pede aos que estudam. Da minha experiência por terra estranhas, ficou-me o exemplo de Yale, a excelente universidade americana onde lecionei durante um semestre em 2003. Onde não se admitem adiamentos ou faltas de qualquer ordem. Onde os livros indicados nas bibliografias são mesmo para ler. Faço votos por que aqui, com a sombra deste céu azul que nos encandeia e quase nos cega, esse “bafo de um Verão violento” no dizer de Teresa Rita Lopes, fazendo-nos amolecer, a investigação e o estudo seja a atividade primeira e essencial. Que a memória destes anos de exceção, que são os de estudante e investigador, traga a marca de distinção de um saber agente e em progresso.

É ainda com todo o gosto que destaco o brilho trazido para a cerimónia de hoje por duas amigas, dois afetos provados: à Maria Leonor Freire Costa, uma brilhante historiadora (cuja

orientação para doutoramento me coube em herança do mestre Magalhães Godinho, quando se jubilou), incansável trabalhadora e finíssima leitora dos percursos históricos; e à Maria Raquel Godinho Correia, cujo talento aprecio desde moçapequena (há que falar como natural do Algarve) aluna que foi da minha Mãe e senhora de uma qualidade em tirar sons do piano de que só os grandes intérpretes são capazes.

Por fim, faltam-me as palavras certas com que me endereçar a familiares, a companheiros do ofício de historiador e de trabalho e a amigos, muitos: a todos, as presenças que me desvanecem e emocionam nesta terra que me deu a vida e a criação e onde me fiz gente. E que, através dos municípios de Faro e Loulé, me tinham feito receber outras honras que sempre – *volens nolens* – nos envaidecem porque nos dão a ilusão de que algum préstimo desse esforço e de uma vontade se quis útil para a sociedade. Grato fiquei à Câmara Municipal de Loulé, que deu o meu nome a um prémio para investigadores; grato fiquei ao dr. José Apolinário que me escolheu em 2009 para dirigir os *Anais do Município de Faro*, onde fui confirmado pelo eng. Macário Correia, e depois obtive a confiança com que me tem honrado o dr. Rogério Bacalhau, que permitiu obter regularidade nessa sua publicação. Para isso se tem conseguido contar com universitários – onde a Universidade do Algarve faz boa figura – e com outros que artigos seus nos têm confiado.

Senhor Reitor, ilustres Professores, estimados Estudantes:

Gostaria de ter a frase justa para agradecer esta iniciativa honrando um algarvio jubilado que com júbilo ainda vos agradece a participação neste ato, numa manifestação de amizade e de companheirismo. A todos, a minha indizível e comovida gratidão.

Faro, 12 de dezembro de 2018

Joaquim Antero Romero Magalhães